

A historiografia do Humanismo cívico e o pensamento político de Leonardo Bruni

The historiography of civic Humanism and Leonardo Bruni's political thought

Fabrina Magalhães Pinto*; Matheus Teixeira Moretti**

Resumo

Nos últimos anos observamos o crescimento considerável do número de trabalhos sobre o republicanismo italiano, sobretudo aquele desenvolvido entre os séculos XIV e XVI. Pretende-se nesse artigo apresentar os momentos decisivos desse debate historiográfico a partir das teses de continuidade e ruptura entre a Idade Média e o Renascimento. No que concerne à tese da ruptura, abordamos, em especial, a obra política do humanista e chanceler florentino Leonardo Bruni, que nos permite avaliar como no *Quattrocento* Italiano emerge uma nova forma de se pensar a política e a história, ambas ligadas à defesa da liberdade republicana. Um ponto pouco explorado pela historiografia reside na dificuldade de se avançar no debate entre os conceitos de continuidade e ruptura em relação a termos que extrapolam a oposição *vita activa*\ *vita contemplativa*. Apesar de sua importância, há de se considerar a combinação desses conceitos também com os de autogoverno, liberdade e cidadania. Por fim, propondo tal articulação, o artigo sustenta a importância de sua contribuição inserida no contexto intelectual das guerras itálicas.

Palavras-chave: Humanismo Cívico; Republicanismo italiano; Leonardo Bruni

Abstract

In recent years we have seen a considerable increase in the number of works on Italian republicanism, especially that developed between the 14th and 15th centuries. The aim of this article is to present the decisive moments of this historiographical debate based on the theses of continuity and rupture between the Middle Age and the Renaissance. In what concerns the rupture thesis, we approach, in particular, the political work of the Florentine humanist and chancellor Leonardo Bruni, which allows us to evaluate how in the Italian *Quattrocento* a new way of thinking about politics and history emerges, both linked to the defense of republican freedom. A point little explored by historiography lies in the difficulty of advancing the debate between the concepts of continuity and rupture in relation to terms that extrapolate the opposition *vita active*\ *vita contemplative*. Despite their importance, one must also consider the combination of these concepts with those of self-government, liberty, and citizenship. Finally, proposing such articulation, the article maintains the importance of its contribution inserted in the intellectual context of the Italic wars

Keywords: Civic Humanism; Italian republicanism; Leonardo Bruni

* Professora Adjunta de História Moderna da Universidade Federal Fluminense (Campos/ESR). Pós-doutora em filosofia pela UFMG, em 2016, e pela PUC-Rio, em 2011. Coordena junto do professor Luís Falcão (UFF) o Laboratório de Estudos Republicanos (LER).

** Graduando em História na Universidade Federal Fluminense (Campos/ESR), membro do Laboratório de Estudos Republicanos (LER) e bolsista PIBIC (2018/2019 e 2019/2020) no projeto *O Republicanismo Italiano: reflexões sobre os textos de Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel* sob orientação da Professora Fabrina M. Pinto.

Introdução

A historiografia sobre o Renascimento possui uma extensa trajetória cujos marcos fundamentais são os trabalhos desenvolvidos no século XIX por Jules Michelet (1855) e Jacob Buckhardt (1860), historiadores que interpretaram esse momento como aquele no qual a História Ocidental observa uma profunda transformação e ruptura com a Idade Média, que tem imagem de “idade das trevas” reforçada por estes dois historiadores. Esse argumento logo foi rebatido pelos medievalistas que i) destacaram que o medievo não poderia ser associado a um período de trevas – o que é consensual entre os historiadores de hoje –, e ii) demarcaram a continuidade entre a Idade Média e o Renascimento.

Publicado em 1955¹, o livro *The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*, do historiador Hans Baron, é fundamental nessa virada interpretativa. O Renascimento Italiano passa, então, a ser compreendido enquanto um espaço de discussão e elaboração de ideias políticas que, ao mesmo tempo, se distanciavam do período medieval e contribuía para a construção da linguagem política que seria a base do pensamento republicano moderno, algo que historiografia brasileira chamou de “matriz italiana²”. Se a tese apresentada no *The Crisis* (1955) é revolucionária para o debate historiográfico, não demorou muito para que surgissem muitas críticas às ideias defendidas pelo historiador alemão. Muitas delas se direcionavam ao conceito de humanismo cívico que já vinha sendo discutido por Baron desde os anos de 1920 e que enxergava, principalmente a partir dos textos políticos do humanista e chanceler Leonardo Bruni (1370-1444³), um movimento de ruptura entre o pensamento político medieval

¹ Uma nova versão dos três volumes do *The Crisis*, revisada e no formato de volume único, foi publicada pela Princeton Press, em 1966, e é a esta edição que iremos nos referir ao longo deste texto. BARON, H. *The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*. New Jersey: Princeton, 1966 (1955).

² Heloisa M. Starling e Lília M. Schwarcz organizaram recentemente o *Dicionário da República* (2019). Na introdução as autoras definem o que podemos entender como matriz, conceito de fundamental importância para a historiografia brasileira e que muito deve às contribuições do filósofo mineiro Newton Bignotto (2013). “Matrizes são lugares de modelagem de ideais que permitem a identificação de marcos de formação de um processo de continuidade temática dentro de uma tradição, ao mesmo tempo que agregam a ela novas perspectivas de interpretação e formas de aplicação. Desse modo acabam relendo-a de maneira ativa e inusitada, uma vez que as matrizes se adaptam e vertebram os acontecimentos diante de outros contextos políticos e institucionais. Elas discriminam, ainda, o momento em que intervenções políticas de diferentes tipos, ocorridas no contexto intelectual e no debate público de uma determinada época, foram capazes de provocar renovações nos temas e no vocabulário da ‘tradição’”. Ver mais em: SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. (org.). Introdução. In: Idem. *Dicionário da República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 11-18.; BIGNOTTO, Newton. (Org.). **Matrizes do republicanismo moderno**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2013.

³ Leonardo Bruni foi humanista e chanceler de Florença, traduziu obras importantes do pensamento político – como a *Política* de Aristóteles – e escreveu outras tantas que, como vem sendo demonstrado pela literatura especializada, foram fundamentais para o pensamento político e cultural do *Quattrocento* Italiano. Lançando mão de um amplo conhecimento da cultura clássica, bem como de conceitos e formulações teóricas a respeito da política e da República, seus textos tiveram grande sucesso dentro e fora da península itálica, pois marcavam o processo

e aquele gestado no *Quattrocento* Italiano. As críticas endereçadas a Baron e aos seus tributários apontavam uma continuidade entre a Idade Média e o Renascimento, seja nas convenções retóricas medievais e humanistas – conforme o argumento que se expande a partir de P. O. Kristeller (1956) –, ou na definição de liberdade republicana⁴ que, como defende Q. Skinner (1978), já teria surgido no contexto político vivenciado pelas cidades-estados italianas no século XIII.

Nas páginas que seguem, nosso objetivo é apresentar o desenvolvimento dessas duas linhas interpretativas – a de continuidade e a de ruptura –, sendo nítida a impossibilidade de se dar conta da totalidade do vasto debate historiográfico que é polarizado por essas vertentes. Seleccionamos, portanto, alguns marcos específicos desta discussão, deixando outros tantos de lado. Pretendemos aqui tanto apresentar a validade e atualidade da tese da ruptura – que vem sendo duramente questionada ao longo dos anos – como, a partir daí, demonstrar a validade desta tese, indicando pontos específicos em que ela pode ser apreendida historicamente. Um ponto pouco explorado pela bibliografia que segue esta linha interpretativa é a combinação de conceitos como os de *vita activa/vita contemplativa* com os de auto governo, liberdade e cidadania. Propondo tal articulação, voltamo-nos na segunda parte do artigo ao trabalho do chanceler Leonardo Bruni, sobretudo a sua *Laudatio florentinae urbis* (1403-04).

A tese da continuidade

Paul Oskar Kristeller (1956, p. 95-128) é um dos primeiros autores a refutar as ideias defendidas por Baron que enxergavam o humanismo do século XV como um movimento que teria fundado uma nova visão sobre a política e a história profundamente ligada à uma tomada de consciência cívica e republicana. Para ele, os humanistas do *Quattrocento* eram *retores profissionais*, herdeiros e sucessores dos *retores medievais* que valorizavam a *ars dictaminis* e a *ars arengandi*, e que haviam recuperado um currículo chamado de *studia humanitatis* cuja proposta principal era o ensino das disciplinas de gramática, filosofia moral, história, retórica e poesia. Nesse percurso, o autor afirma que a contribuição de homens como Coluccio Salutati (1331-1406⁵) e seu sucessor na chancelaria florentina, Leonardo Bruni, foi a de inserir sobre a

de racionalização e secularização da política em inícios da modernidade. Para maiores informações da vida e obra de Bruni, ver: HANKINS, James. Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. In: CILIBERTO, M. (Org.). **Enciclopedia Italiana**. Ottava appendice. Il contributo italiano alla storia del pensiero. **Filosofia**, Roma, 2012, p. 85-94.

⁴ Vale matizar que Skinner (1999, p. 52; 2010, p. 9) aponta a sua preferência pela definição de liberdade como liberdade neorromana ao invés de republicana, uma vez que, para certos autores do pensamento político, é possível que um Estado seja livre e governado por um monarca.

⁵ Coluccio Salutati foi um humanista que exerceu o cargo de chanceler florentino entre os anos de 1375 e 1406 (ano de sua morte). Tendo papel crucial no desenvolvimento político e intelectual do humanismo, valeu-se do conhecimento clássico e escreveu inúmeros textos que veicularam uma ampla gama de ideias e conceitos que não só refletiram as mudanças intelectuais de sua época como serviram, também, para dar base ao republicanismo florentino do século XV. Dentre seus tratados políticos mais importantes – sem mencionar aqui as inúmeras cartas que escreveu

tradição retórica medieval um novo estilo a partir dos estudos dos textos da Antiguidade Clássica (KRISTELLER, 1995, p. 106). Ao analisar as tradições platônicas e aristotélicas renascentistas, aponta, *grosso modo*, que não houve nenhuma mudança significativa nas interpretações filosóficas dos textos clássicos (KRISTELLER, 1995, p. 103). Há, segundo ele, uma tendência que exagera a oposição entre humanistas e escolásticos que seria refutável por dois aspectos: o primeiro porque teria persistido a interpretação escolástica em relação aos autores gregos, e o segundo porque as obras dos humanistas “[...] nada tem a ver com a filosofia entendida também no sentido mais genérico da palavra” (KRISTELLER, 1995, p. 103-104). E mais: “efetivamente, o movimento humanístico não surgiu no campo dos estudos filosóficos ou científicos, mas no dos estudos gramaticais e retóricos”⁶. Vale matizar que é justamente nesse ponto que pode ser encontrado o núcleo argumentativo que será central para a tese da continuidade: a oposição entre retórica e filosofia, bem como entre política e ciência. Assim, podemos afirmar que para Kristeller e alguns de seus tributários, retórica e pensamento político-filosófico não foram articulados pelos humanistas ou, ainda, não seria possível fazê-lo.

Dez anos depois, Jerrold Seigel (1966, p. 23) mantém este mesmo argumento: o humanismo se configura enquanto um movimento estritamente retórico e, portanto, sem nenhuma conotação política. O historiador refuta, sem muito sucesso, a datação estipulada por Hans Baron para as obras *Dialogi ad Petrum Paulum Histrum* (*Diálogo para Pier Paolo Vergerio*) e *Laudatio Florentinae Urbis* (*Elogio da cidade de Florença*) para afirmar que os textos de Leonardo Bruni não foram afetados pela crise política florentina do início do século XV⁷. Por

enquanto integrante da República – podemos citar *De nobilitate legum et medicinae* (*Sobre a nobreza das leis e da medicina*) de 1399, *De Tyranno*, de 1400, e a *Invectiva* (*Invectiva*) de 1403.
⁶ Afirma, ainda, “creio que os humanistas italianos não foram, de fato, filósofos profissionais, nem bons, nem maus.” (KRISTELLER, 1996, p. 104).

⁷ Baron demonstra que a crise política da região da Toscana, vivenciada a partir da segunda metade do século XIV e que se estendeu até a morte de Giangaleazzo Visconti (1351-1402), duque de Milão, serviu como um *background* para o desenvolvimento de ideias políticas que romperam, de uma vez por todas, com o pensamento político medieval. Como Florença teria o desafio de vencer a guerra e conter o expansionismo milanes, aos humanistas florentinos – por vezes eles mesmos funcionários da República - coube o papel de dar forma à defesa da liberdade republicana e da autonomia das cidades-estados em franca oposição à tirania. De tal modo, obras como a *Laudatio* refletiriam tanto as mudanças políticas e intelectuais de sua época quanto estaria fortemente vinculada às preocupações políticas que se desenvolveram no âmbito do pensamento republicano do século XV. Para comprovar tal tese, Baron dedica boa parte do seu *The Crisis* a um trabalho filológico que investiga a datação da *Laudatio* e a situa entre os anos de 1403-04, isto é, o período no qual as tropas milanesas perderam a guerra e Florença buscava despontar como grande liderança e “patrona” da liberdade em toda região. Seigel, por sua vez, discorda de todos esses argumentos. Para ele, a *Laudatio* teria sido escrita nas proximidades dos anos de 1400, já que, em sua interpretação, a obra bruniana se refere aos eventos da guerra florentino-milanesa que teriam acontecido entre os anos de 1397 e 1400, e não da última fase que teria culminado em 1402 (SEIGEL, 1996, p. 20). Além disso, Seigel indaga o motivo que teria levado Bruni a não mencionar em seu texto a morte de Giangaleazzo, em 1402, e atribui essa omissão à estratégia retórica adotada pelo humanista que buscava atribuir as vitórias da guerra mais às ações de Florença do que à força da fortuna (Idem, p. 21-22). O que o historiador pretende demonstrar, portanto, é que as escolhas de Bruni se referem às estratégias retóricas e

essa via interpretativa as ideias de um humanista como Brunni não teriam um caráter cívico e republicano – como fora salientado por Baron - e seus textos deveriam ser entendidos como produtos de uma cultura centrada na retórica e na eloquência próprias do humanismo daquele período (SEIGEL, 1966, p. 11⁸). Enfim, para deixar claro o argumento, obras consideradas meramente retóricas como o *Elogio da cidade de Florença* ou a *Oração fúnebre a Nanni Strozzi* (*Oratio in funere a Iohannis Strozzi, de 1427*) não teriam nenhum valor político ou mesmo histórico por conta dos exageros e inverdades nelas contidos.

Como podemos notar, as colocações de Seigel se desenvolveram a partir da interpretação de que os humanistas, enquanto *retores* profissionais, tinham um discurso adaptável aos seus interesses particulares ou dos seus contratantes. Desse modo, quando Brunni falava da fundação de Florença pelos romanos republicanos seu objetivo era estabelecer uma ligação entre os florentinos e Roma, mais do que com os ideais políticos representados pela República romana na história do pensamento político. Assim, a *Laudatio* não representa uma inflexão no pensamento histórico florentino que, como argumentou Hans Baron, estaria conectada a uma crescente consciência cívica e republicana. Ao contrário, a ideia de fundação apresentada por Brunni ia ao encontro dos demais elementos propagandísticos do elogio desempenhando uma função meramente estilística, o que permitia a Brunni se posicionar diante das elites dirigentes e, assim, galgar a um cargo na República⁹. O historiador estadunidense aponta que mesmo quando Brunni se coloca diante dos antigos, como na sua tradução da *Política* de Aristóteles, o faz por encontrar ali um conteúdo retórico-eloquente que interessaria ao orador e não como uma fonte para a reflexão em torno da vida política republicana (SEIGEL, 1966, p. 27)¹⁰. Esse mesmo argumento é mantido por James Hankins (2001, 2010) alguns anos mais tarde, como demonstraremos no decorrer desse artigo.

Brunni teria escrito a *Laudatio* com as mesmas intenções de Maquiavel ao escrever o *Príncipe*? Parece-nos pouco eficiente pensarmos na escrita destas obras apenas a partir de motivações pessoais. Contudo, é relevante destacar que se Brunni escreveu ou não a *Laudatio* para pleitear um cargo político isso não invalida nosso argumento de que há nesse panegírico uma série de elementos que estruturam uma nova forma de se pensar a política no

não às intenções políticas republicanas, como afirmara Baron. Outra leitura possível, ver: (HANKINS, 1995, p. 319).

⁸ O autor afirma, ainda: o que deve ser buscado “[...] não é a função social ou política das declarações individuais de Brunni, mas as conexões mais amplas entre a cultura retórica do humanismo, da qual derivam essas declarações, e o desenvolvimento da sociedade italiana na Idade Média e no Renascimento” (SEIGEL, 1966, p. 11).

⁹ Para Seigel (1966, p. 27) Brunni almejava substituir Coluccio Salutati na chancelaria de Florença, e esse momento se mostrou bastante oportuno para que ele escrevesse um elogio à cidade florentina. Mesmo depois que passa a ocupar a chancelaria, Brunni se preocuparia mais com as questões da oratória do que com aquelas da participação cívica. Aqui, mais uma vez, vemos o argumento de Kristeller de que os humanistas só queriam falar bem (e não falar sobre o bem).

¹⁰ Paulo Butti de Lima (2019, cap. 1) discorda profundamente desta tese, ressaltando justamente a relevância política da escolha bruniana em traduzir Aristóteles e se opor à tradução medieval endossada pela escolástica.

Quattrocento.

Se, para Baron, o humanismo de Bruni não pode ser explicado como simples produto daquilo que vinha sendo desenvolvido pelo humanismo do *Trecento*, Seigel (1966, p. 44) o contradiz afirmando que ele se ateve às mesmas preocupações colocadas antes por Petrarca. Para o historiador, Bruni foi capaz de tecer elogios às duas formas de vida que em tese oporiam o orador e o filósofo, sendo estas a *vita activa* e a *vita contemplativa*; bem como também teria dado continuidade ao desafio de unir sabedoria e eloquência, encontrando em Cícero o modelo intelectual para tal empreendimento. Pelo exposto, o que o autor indica ao longo de toda a sua argumentação é que as preocupações dos humanistas florentinos não foram motivadas por questões cívicas, muito menos por convicções republicanas. Mesmo quando abordavam questões da ordem da história ou da filosofia moral, o faziam apenas como oradores e retores profissionais (SEIGEL, 1966, p. 12).

Quentin Skinner, em seu *Fundações do pensamento político moderno* (1996), baseando-se, sobretudo, em Kristeller, também acentua o papel da retórica no *Quattrocento*, e apresenta os humanistas fundamentalmente como retores que exerciam funções que exigiam um conhecimento e um treino retórico, e não como cidadãos imbuídos de um sentimento cívico que lhes era intrínseco. O que em Baron era um dos elementos constitutivos do humanismo cívico, cuja imagem modelar era a de Cícero - que reunia em um só o cidadão e o homem de letras romano - aqui se trata apenas da aplicação da retórica na vida política de Florença; ora a serviço de interesses pessoais, ora de seus senhores. Nessa perspectiva, questões como a polêmica contra a escolástica ou a defesa do governo republicano pelos humanistas florentinos no período das guerras contra o ducado de Milão (que se estendeu entre os anos de 1395-1402) têm a sua dimensão cívica ou política reduzida, já que não há uma ruptura com a *vita contemplativa* da escolástica. Segundo ele, a própria ideia de liberdade republicana, identificada pelo humanismo como independência e autogoverno, seria uma definição que já poderia ser encontrada em uma série de escritos políticos a partir de meados do século XIII (SKINNER, 1996, p. 99). Portanto, frente às ameaças que as facções representavam à paz das cidades-repúblicas, a República era já considerada a melhor forma de governo¹¹. Deste modo, embora Baron defenda o pioneirismo na defesa do republicanismo de homens como Salutati e Bruni e sublinhe este aspecto como um notório ponto de ruptura promovido pelo humanismo cívico, “[...] os principais elementos para uma leitura republicana da Roma antiga e sua história podem ser encontrados nos tratados de Remigio, Ptolomeu, Bartolo de Sassoferato e outros escolásticos do início do século XIV” (SKINNER, 1996, p. 104).

Atualmente, um dos mais importantes analistas que defendem a tese da continuidade,

¹¹ No que diz respeito ao argumento de que as ideias políticas desenvolvidas no século XIV já defendiam a República como a melhor forma de governo ver, também: BLYTHE, John. “Civic humanism” and medieval political thought”. In: HANKINS, James. (org.). *Renaissance Civic Humanism: reappraisals and reflections*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. pp. 223-246.

retomando as discussões apresentadas por Kristeller e Seigel, é o historiador James Hankins (1995; 2000; 2010). Em seu artigo sobre as teses de Hans Baron e sobre os debates mais recentes acerca do conceito de *humanismo cívico*, Hankins argumenta que, nas décadas de 80 e 90 do século XX, os estudos sobre o humanismo observaram uma virada interpretativa a partir dos seminários organizados pelo Instituto Nacional Italiano para os Estudos da Renascença que, ao seu ver, apresentaram um Bruni bem diferente daquele de Baron (HANKINS, 1995, p. 321). A partir deste trabalho, o autor enuncia a posição que se desdobrará nos seus trabalhos posteriores: “é anacrônica a interpretação de Salutati e Bruni enquanto ideólogos republicanos, uma vez que tais humanistas deviam sua lealdade não ao republicanismo e, sim, à Florença que lhes pagaria um salário como retores profissionais” (HANKINS, 1995, p. 326)

No ano de 2000, Hankins edita o livro *Renaissance Civic Humanism: reappraisals and reflections* pela *Cambridge University Press* para o qual contribui com o capítulo *Rhetoric, history, and ideology: the civic panegyrics of Leonardo Bruni*. Para o historiador, as interpretações modernas dos textos de Bruni não levam em conta as convenções retóricas estabelecidas naquele período (HANKINS, 2000, p. 145) e, muito menos, partem de uma contextualização do conjunto das obras brunianas, já que em seu modo de ver as verdadeiras ideias políticas de Bruni deveriam ser buscadas nos textos que não são panegíricos (HANKINS, 2000, p. 169-170). De tal modo, a *Laudatio* emerge na interpretação deste historiador como um texto que aproximava Bruni das oligarquias dominantes de Florença, na medida em que celebrava as conquistas expansionistas e os feitos dos florentinos na região da Toscana (HANKINS, 2000, p. 145). Na *Oratio*, além de dar continuidade à dimensão imperialista da obra bruniana a partir do argumento de que a cidade florentina é herdeira de Roma e, portanto, do seu império, há também um elogio claramente direcionado às poderosas famílias florentinas a partir da oração fúnebre que dedica à Nanni Strozzi, esta mesma uma família com a qual Bruni teria fortes laços (HANKINS, 2000, p. 156). Para ele, os textos panegíricos estão repletos de “[...] embelezamento, exageros, ficções e inverdades descaradas” (HANKINS, 2000, p. 161) e devem ser lidas à luz de seu caráter propagandístico. Bruni se valia da retórica para fomentar o patriotismo entre os florentinos em um momento de embates que se travavam tanto no campo externo - onde caberia bem a apresentação de Florença como defensora dos valores republicanos *versus* a tirania de Milão – quanto interno, no que diz respeito às disputas políticas entre as oligarquias dominantes (HANKINS, 2000, p. 157-159). Por isso, o republicanismo presente nestes panegíricos seria apenas retórico, adaptável às necessidades políticas do momento, e não representaria as crenças pessoais de humanistas como Bruni. Se o conceito de humanismo cívico for aplicado ao pensamento bruniano, deve-se considerar que sua obra não representa, em termos políticos, uma defesa antimonárquica ou o descrédito de outras constituições políticas (HANKINS, 2000, p. 177).

A coletânea supracitada investiga e problematiza ao longo dos seus capítulos alguns dos argumentos e conceitos principais apresentados tanto pela tese da continuidade quanto da

ruptura. Em alguns autores, como John Najemy (2000) e Mikael Hörnqvist (2000), há um certo incômodo não só em relação às abordagens de Baron, mas também às análises de seus críticos. Esses dois autores passam, então, a analisar o republicanismo do *Quattrocento* a partir do contexto político interno de Florença (NAJEMY, 2000, p. 75-104) e do humanismo cívico enquanto um sistema de representação – ou mitos - que buscava justificar e promover o expansionismo florentino (HÖRNQVIST, 2000, p. 105-142).

Para Najemy (2000, p. 79), o argumento de que por serem retores profissionais as crenças pessoais dos humanistas estariam apartadas de seus textos políticos promove um julgamento moral desses pensadores. Nem todos os textos haviam sido escritos somente em função da aquisição ou não de um cargo. Bruni, por exemplo, não era chanceler quando escreveu alguns de seus textos mais famosos. E indaga: como se classificar autores como Gregório Dati, tomado por Baron como um nome de fundamental importância para se compreender as mudanças historiográficas do período, mas que nunca estiveram próximos aos cargos políticos que foram ocupados pelos humanistas? (NAJEMY, 2000, p. 78-79). Desse modo, afirma que o humanismo cívico emerge enquanto “expressão intelectual” e “produto ideológico” das mudanças internas da República Florentina, isto é, menos como resultado dos conflitos políticos externos e mais como a representação de uma nova forma de republicanismo que contava com o homens particulares e poderosos da sociedade florentina (NAJEMY, 2000, p. 80-81).

Mikael Hörnqvist, por sua vez, não nega o republicanismo no *Quattrocento*, mas investiga a sua natureza e os argumentos expansionistas presentes nos textos políticos dos humanistas florentinos. Para ele, há uma contradição na explicação dada por Baron acerca de como esses autores operavam o conceito de liberdade e sua relação com o caráter cívico do humanismo (HÖRNQVIST, 2000, p. 106). Para ele, não há uma distinção no pensamento florentino entre “[...] *Florentina libertas* e a busca pelo império” (HÖRNQVIST, 2000, p. 108-109). Ao contrário, o paradigma romano adotado pelos humanistas cívicos – a partir dos textos de Marco Túlio Cícero (106 a.C.- 46 a.C.), Caio Salústio Crispo (86 a.C. – 35 a.C.) e Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.) - implica uma complementariedade entre o expansionismo e o ideal republicano.

De modo geral, pois não trataremos de todos os pontos do debate nem tampouco de todos os capítulos, a coletânea *Renaissance Civic Humanism* propõe uma excelente atualização do debate. Assim, podemos destacar que em quase todos os capítulos o conceito de humanismo cívico é discutido, e em todos eles as ideais de Baron são retomadas – mesmo que ao final sejam, por alguns, refutadas. No entanto, como bem destaca Newton Bignotto (2001, p. 25), essa discussão não invalida as teses de Baron, mas acaba comprovando a importância dos seus trabalhos para a discussão que se mantém viva até os dias atuais.

Para a continuidade do nosso argumento na segunda parte deste artigo, é importante destacar dois pontos: primeiro que o uso da retórica clássica por humanistas como Salutati ou

Bruni não invalida a importância histórica e política dos seus textos. Bruni diz claramente em carta a Pizolpasso¹² que a *Laudatio* é um panegírico e que, ao escolher este modelo, pode aumentar ou omitir fatos, elogiar ou vilipendiar livremente seus adversários. Desvalorizar a retórica é impedir a análise e retirá-la de seu contexto, tendo em vista o papel precursor desses atores políticos na tradução, publicação e divulgação dos ideais antigos. O segundo ponto, atrelado ao primeiro, não pode admitir, portanto, que a retórica tenha sido utilizada apenas para fins pessoais ou cargos específicos na chancelaria florentina. Ao fim, como escreve Pocock:

Os críticos da tese de Baron podem estar corretos, mas está claro que isso não significa que não houve, historicamente, algo como o Humanismo cívico. Uma vez que a retórica era tanto cívica como ativa, era possível ao retórico – ou ao humanista – elaborar uma linguagem para exprimir uma consciência cívica da qual ele podia ou não compartilhar. O retórico e o cidadão estavam igualmente propensos a ver a vida humana em termos de participação em ações e decisões particulares, em termos de relações particulares entre homens particulares. E encontramos num desenvolvimento do estilo do Humanismo cívico um meio para expressar essa visão da vida reconstruindo a História como história das repúblicas que existiram no tempo. (POCOCK, 1975, p. 60).

Tendo em vista a atualidade e relevância dos trabalhos de Baron, transitamos agora para o item 2 do artigo onde apresentaremos e debateremos algumas questões centrais da tese da ruptura.

A tese da ruptura

A ideia de ruptura ou de um véu que cobria a visão dos homens na Idade Média que deixa de existir na Renascença foi inaugurada com o livro do historiador suíço Jacob Burckhardt, *Cultura do Renascimento na Itália* (1860). Esta obra até então pioneira nos estudos culturais, associava a noção de “individualismo” (segundo ele, o principal traço distintivo do Renascimento) ao exercício do poder despótico. Se o Renascimento é hoje conhecido como um período importante para a história ocidental, o mérito é, então, em grande parte de Burckhardt. A despeito das muitas críticas que angariou ao longo do século XX, esta obra traz à baila pela primeira vez uma série de elementos que se opõem e se distanciam das “trevas” medievais (como ele mesmo acentua e a historiografia posterior veio solapar¹³), sendo a

¹² “Esse discurso eu escrevi quando era muito jovem, quando eu acabara de sair da escola dos Gregos. Com efeito, esse Elogio foi para mim como um jogo juvenil e exercício oratório. (...) Ele está entre esse grupo de elogios digno de aplausos e de cunho ostentatório. Os Gregos o nomeiam de epidíctico, e ele não é afeito a sutilidade da argumentação, pois busca os aplausos da multidão”. Carta de Leonardo Bruni a Francesco Pizolpasso, arcebispo de Milão. Florença, primeira metade de 1440 (BRUNI, 2014, livro VIII, carta 12, tomo II, p. 319).

¹³ A partir da publicação da obra de Burckhardt, muitos medievalistas (tais como E. Panofsky, J. Baschet, E. Kantorowitz, P. O. Kristeller, entre tantos outros) passaram a defender, em primeiro

emergência do individualismo a principal delas. Ressaltando-se o valor inegável da obra de Burckhardt, a realidade política do Renascimento Italiano apresenta um horizonte mais amplo, e é justamente para essa outra experiência política – a república – e não a tirania, como fizera o suíço, que Hans Baron dirige o olhar¹⁴.

Ainda na introdução de seu *The Crisis*, Baron desenvolve o seu revolucionário argumento de que os eventos políticos vivenciados pela geração de 1400 foram decisivos para a sobrevivência da liberdade cívica e para a formação de repúblicas independentes em resposta à um movimento de centralização dos estados do Norte promovido pelo Duque de Milão, Giangaleazzo Visconti, inimigo de Florença e da liberdade cívica (BARON, 1966, p. 6). Baron enxerga na ameaça de invasão e conquista sofrida por Florença, bem como na sua posterior vitória sobre os Visconti, um evento chave para a emergência do humanismo no *Quattrocento*, ligado à ideia de liberdade cívica e à ideologia republicana (HANKINS, 1995, p. 313). Assim, a formação e manutenção de um sistema de cidades-estado por toda a península itálica impediu que ela fosse colocada sob o comando de um único ‘tirano’. Além disso, a aproximação do humanismo com sua vertente política permitiu que os valores republicanos de auto governo, liberdade de expressão, participação política e igualdade sob a lei substituíssem outras formas de se pensar o governo vinculadas à monarquia ou ao principado. Na mesma linha de argumentação de Baron, alguns anos mais tarde, Fubini (2003) salienta que os textos escritos neste período – sobretudo aqueles dos chanceleres da república Coluccio Salutati e Leonardo Bruni – ainda estariam respondendo às demandas e à luta contra a retomada das possessões do Sacro Império Romano Germânico na península itálica.

Na linha sucessória de Baron, podemos apontar autores como Eugênio Garin (1965, 1996), Vasoli (1961-1962), Paolo Vitti (1996), G. Witt (2000), Fubini (2003), entre tantos outros, que defendem que no século XV tem-se o padrão mais completo da Renascença, resultado de processos de rupturas e de mudanças dentro das ideias humanistas. Estes historiadores e analistas reiteram a tese de Baron de que as ameaças milanesas no *Quattrocento* forçaram ou pelo menos inflamaram a reunião do movimento humanista (em ascensão em Florença no período) e a cultura política da cidade, gestando assim o processo por ele chamado de “humanismo cívico”. Este movimento ganha tanta força que as ideias elaboradas em Florença – que só poderiam existir no ambiente propício ao cultivo da *libertas* – se espalham por toda a

lugar, que o período medieval não pode ser associado a um período de “trevas” e que o próprio autor teria interpretado as fontes renascentistas sem questioná-las, sobretudo, em seu elogio ao renascer das artes e das letras em oposição à barbárie e, em segundo lugar, que não há ruptura significativa entre o período medieval e o moderno.

¹⁴ O individualismo apresentado por Jacob Burckhardt, no século XIX, como o principal legado do Renascimento à Modernidade é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e o obstáculo a ser superado por Baron em sua apresentação do humanismo no *Quattrocento* como uma vertente politicamente ativa e convicta da ideologia republicana e do bem comum. Ver mais em: HANKINS, James. “The ‘Baron Thesis’ after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni”. *Journal of the History of Ideas*, v. 56, n. 2, p. 309-338, 1995.

Itália promovendo uma mudança na perspectiva histórica (BARON, 1966, p. 61). No Brasil, Newton Bignotto (2001) e Helton Adverse (2013) concordam que, a partir do trabalho de Baron, “fica evidente a formação de um núcleo conceitual que comporá a linguagem política moderna, mais especialmente em sua vertente republicana” (ADVERSE, 2013, p. 53). Ainda que Bignotto faça algumas merecidas ressalvas ao trabalho de Baron – sobretudo no que concerne à datação fixa e específica dos anos de 1402 e 1403 para a formação do humanismo cívico – o autor destaca, em seu trabalho pioneiro no Brasil sobre o tema¹⁵, com relevância indiscutível até hoje das teses propostas pelo alemão.

Não abordaremos aqui todas as críticas sofridas por Baron ao longo destes quase 70 anos desde a sua publicação, já apontamos algumas na primeira parte deste artigo. O que nos interessa ressaltar e defender é o papel atribuído pelo autor a Leonardo Bruni (1427-44) como ponto de ruptura com o pensamento político medieval. Assim, tomaremos o humanista, historiador e chanceler da república florentina como ponto central desta investigação e como ponto alto do humanismo cívico.

É certo que um primeiro esforço na elaboração do ideário republicano italiano já pode ser identificado em Coluccio Salutati ao escrever, por exemplo, a *Invectiva contra Antonio Loschi de Vicenza*¹⁶ (1403) em resposta às críticas dirigidas à Florença por Antonio Loschi, representante de Milão, que a acusava de tirania. Um dos tantos pontos altos deste panegírico é a aflorada defesa da cidade e de sua liberdade, associada, nesse contexto, à vida cívica e à forma de governo republicana. Salutati responde a Loschi e acusa o governo de Milão de tirania, pois Florença, que cultivava tão fervorosamente a liberdade, não poderia tolerar tal injúria.

Como bem aponta Newton Bignotto, o tirano é, assim, em primeiro lugar, um “governante que ocupa o poder de forma ilegítima. Em segundo, que transforma seus desejos, ou aqueles de um grupo social restrito, no centro das ações do governo, impedindo que o interesse comum seja contemplado nas decisões sobre o presente e o futuro das cidades.” (BIGNOTTO, 2019, p. 408). Tendo em vista que as teorias gregas influenciaram o pensamento político ocidental por muitos séculos¹⁷, ajudando pensadores republicanos a definir o escopo sobre qual seria a melhor forma

¹⁵ Estamos falando aqui da obra *Origens do Republicanismo Moderno*, publicada pela editora UFMG, em 2001, sendo o primeiro livro no Brasil a tratar de humanistas praticamente desconhecidos como Coluccio Salutati e Leonardo Bruni. A partir das suas reflexões e traduções de algumas das suas obras para o português a temática do republicanismo italiano passou a ser disseminada em nosso país. Tendo em vista a sua atestada relevância, a editora EDUFF está preparando uma nova edição do *Origens*, a ser publicada em 2020.

¹⁶ Usamos neste artigo a edição organizada por Baldassari, *Invective Against the Florentines*. In: (BALDASSARI, 2014, pp.144-167)

¹⁷ Segundo Bignotto (2019, p. 408): “a imagem negativa da tirania se consolidou nas filosofias de Platão e de Aristóteles. Em *A República*, o regime tirânico nasce da democracia e de seus arautos – poetas trágicos e sofistas - que nas brechas de um regime defensor da liberdade destilam o veneno da servidão. O tirano é o personagem extremo da vida política, capaz dos atos mais torpes e vergonhosos. Aristóteles pintava o tirano com cores menos radicais, mas chegava a conclusões semelhantes às de seu mestre quando se tratava de apontar o lugar que a tirania ocupava na vida política das cidades. Também para ele, o tirano não é o exemplo de

de governo, no Humanismo, com a redescoberta e revalorização de uma vasta literatura clássica, a tirania, tal como na Antiguidade, volta a ser pensada como “contraponto perfeito ao melhor regime: a *politeia*. Reino do mais forte, ele abre as portas para a violência dos governantes e impede que as virtudes políticas como a justiça floresçam” (BIGNOTTO, p. 408). Já a república é fundada na liberdade e na defesa do interesse comum.

Leonardo Bruni, chanceler da república florentina, entre 1410 e 1411 e, depois de 1427 a 1444, retoma de seu antecessor alguns pressupostos bastante relevantes, tais como a defesa da liberdade contra a tirania representada pelo duque milanês Gian Galeazzo Visconti¹⁸. Também em Bruni, a tirania é estruturada como o oposto simétrico do regime republicano, e nele acentua-se a relação entre a forma de governo republicana e a virtude cívica. Concordamos com Baron que o chanceler teria sido o primeiro humanista a apresentar com todo fervor a superioridade da *vita activa* sobre a *vita contemplativa*, ao dizer que a vida perfeita não é a do sábio, mas a do cidadão. Invertendo o ideal medieval da vida contemplativa como forma superior de vida, Bruni não só avançava no resgate, tradução e divulgação dos antigos, como também, ao buscar novos referenciais teóricos para a manutenção da república florentina, se volta de forma contundente para o modelo ciceroniano. Mesmo Petrarca (1304-74), considerado o fundador da filosofia humanista, hesitava em assumir todas as consequências do movimento de redescoberta e ressignificação do passado greco-romano, ora valorizando os ideais cívicos e os textos ciceronianos, ora deles se afastando. Tal hesitação diante dos antigos pode ser percebida se nos atentarmos também para Salutati, como aponta Siegel (1966). A geração de humanistas que se seguiu a Salutati está inteiramente convencida da necessidade de união entre sabedoria e eloquência, ou seja, a aproximação entre teoria e prática (SKINNER, 1996, pp. 109 e ss). Não se trata, portanto, de assegurar somente o refinamento intelectual dos jovens, mas de prepará-los para o exercício da vida pública. O homem ideal é, como havia afirmado Quintiliano (a exemplo de Cícero), o orador.¹⁹

Ainda para Baron, com Bruni e sua *Laudatio Florentinae Urbis (Elogio a cidade de Florença)*²⁰, introduz-se o “nascimento de um novo sentimento cívico e uma nova atitude em

um meio-termo entre a virtude e o vício, mas um extremo que coloca os desejos do governante e sua vontade de satisfazê-los por quaisquer meios no centro do exercício do poder. Nesse sentido, podemos dizer que a tirania não é um regime como outro qualquer. Ela é o ideal negativo da vida política, marcando a fronteira na qual o animal político se converte em besta, ao acreditar ter se feito deus.”

¹⁸ Conforme indicam Newton Bignotto, Helton Adverse e Gabriel Pancera (2018, p. 237-238), Salutati e Bruni constituiriam a matriz italiana de defesa do republicanismo.

¹⁹ Para Quintiliano, não basta a eloquência para se atingir a excelência. O *vir virtutis* deve ainda possuir outros atributos, como as virtudes já listadas pelos antigos. Todas elas, contudo, encontram-se ligadas, assim como a arte de falar, à atividade política. (QUINTILIANO, 1995, *Institutio oratoria* II, 16, 12)

²⁰ Podemos encontrar as seguintes traduções dos textos de Bruni: Baron (1968, pp. 232-63). Uma tradução inglesa pode ser encontrada em B.G. Kohl e R.G. Witt (1978, pp. 135-75). A parte IV apenas foi traduzida em G. Griffiths, James Hankins, e D. Thompson (1987, pp. 116-21). E ainda a tradução italiana de Paolo Viti (1996), e a edição bilingue latim-francês por Laurence

relação ao passado"²¹, de modo que é a partir dela que a outra visão político-histórica ganha espaço e passa a influenciar o ambiente intelectual e político florentino (BARON, 1955, p. 48). Assim, partimos do pressuposto de que a *Laudatio*, escrita aproximadamente entre 1403 e 1404²², e um dos primeiros textos de Bruni, já apresenta a maturação completa das ideias que caracterizariam o pensamento político republicano do *Quattrocento*.

Neste panegírico, considerado por Hankins uma peça retórica e, portanto, sem valor histórico algum, Bruni elenca uma série de argumentos inovadores para mobilizar os cidadãos tanto a pegar em armas quanto a defender aquele sistema político que se auto governa e mantém a liberdade dos cidadãos como pressuposto essencial. Usando o “movere” como arma política o humanista busca convencer o seu leitor que a república florentina não pode ser ameaçada nem tampouco destruída. Esse “manifesto”, extremamente persuasivo, nos faz acreditar não só nas belezas artísticas e arquitetônicas superiores da cidade – que seriam visíveis até hoje – mas também na sua pujança política e neste modelo ideal que deve ser mantido a todo custo²³. Nesse sentido, buscando convencer os cidadãos leitores, Bruni levanta alguns pontos fundamentais na sua empreitada de grande valor para a *vita activa*.

Na primeira parte do panegírico²⁴, o humanista faz o que parece ser um elogio desprezioso da cidade de Florença (PINTO, 2015; 2016, 2017): ressaltando as suas principais obras artísticas, sua higiene, beleza e sua organicidade interna, benéfica aos melhores cidadãos. É certo que a salubridade era uma questão que estava começando a apontar nos tratados urbanísticos, mas, como resalta Eugênio Garin (1963, p. 15), a preocupação de Bruni em elaborar o modelo de uma cidade ideal, racionalizada e pensada para os seus cidadãos, antecede em pelo menos um século os tratados modernos sobre esta questão, como aqueles de

Bernard-Pradelle (2008, pp. 205-301). Estamos utilizando aqui a edição bilingue latim-português da *Laudatio* publicada na Revista *Morus* e organizada por Fabrina Pinto e Alexander Carvalho. Dito isso, todas as referências e citações do texto serão retiradas desta versão. Ver: (BRUNI, 2016)

Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292>.

²¹ Como Baron salienta, Bruni apresenta um “conceito dinâmico de história” que teria nascido “da experiência florentina da liberdade cívica e da independência das cidades” de modo que os humanistas cívicos passam a abordar a história do ponto de vista da experiência política republicana de Florença.

²² Muitos analistas ainda hesitam em datar de maneira precisa a *Laudatio Florentinae urbis*, como é o caso de: Baron (1968, p. 232-63) e Viti (1996, p. 568-647). As pesquisas mais recentes se detêm no período entre 1403 e 1404. Ver especificamente: Hankins (1990, vol. I, p. 377); Viti (1992, p. 4, n. 3); e Witt (1990, p. 183).

²³ A tese de que os humanistas cívicos – como Salutati e Leonardo Bruni – constroem uma noção de cidade cada vez mais secularizada e racional também é defendida por Eugênio Garin (1996). Tal visão da cidade marcada pelo traço racional e secular dos humanistas, Eugênio Garin conceituou como cidade ideal. Sobre este ponto ver também (PINTO, 2015)

²⁴ Para Hankins, na *Laudatio* a mistura eventos falsos com eventos verdadeiros com o intuito do humanista de captar a aceitação e benevolência de todos, seria o motivo da insinceridade do autor. Como já dissemos antes, o autor acusa Bruni de ter escrito a obra apenas para angariar um cargo na vida política da cidade, acusando, portanto, grosseiros erros historiográficos nos relatos de Bruni, então tido por “mentiroso” ao expor discursivamente “os mais vergonhosos exageros, adornos, ficções e inverdades” (HANKINS, 2010, p. 161)

Alberti, Leonardo, entre outros²⁵. Essa é, portanto, uma primeira ruptura em relação ao projeto arquitetônico das cidades medievais. Segundo Bruni, em Florença as ruas são amplas, salubres, nada fere aos sentidos²⁶ e todos os prédios públicos são mais magníficos do que aqueles de outras cidades (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 8-11)²⁷. É assim, ressalta Garin (1963, p. 17), que os tratados políticos se tornaram também tratados de arquitetura e urbanismo, acentuando a exigência pela racionalização da cidade, seja sob o plano administrativo, seja sob o arquitetônico. Não é difícil encontrar nos textos florentinos de fins do século XIV e inícios do XV, um paralelo entre as instituições da *res publica* e seus edifícios, e é justamente isso que faz de Florença um tipo ideal de cidade. O palácio da Senhoria e o Duomo se tornaram mais que símbolos da república, mas expressões da sua força e riqueza. E, nesse sentido, Florença buscou harmonizar os avanços políticos com as preocupações urbanísticas. Homens tão valorosos – protetores da república contra os mais cruéis adversários, e legítimos defensores da liberdade não apenas da cidade, mas de toda a península - deveriam habitar a mais plena das cidades.

Assim como vemos muitos filhos terem tanta semelhança com seus pais a ponto de a filiação se reconhecer de modo claríssimo no próprio rosto, também esta nobilíssima e celebrada cidade está em tal harmonia com seus cidadãos que parece, por uma razão altíssima, não terem podido habitar em nenhuma outra cidade nem esta cidade ter podido ter quaisquer outros cidadãos. Isso, pois, esses mesmos cidadãos são melhores que os outros homens todos em gênio, prudência, elegância e magnificência, e assim também a cidade, situada de modo prudentíssimo, supera todas as outras em esplendor, arquitetura e asseio. (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 4)

²⁵ Por essa razão, não podemos negligenciar que o desenvolvimento das cidades republicanas – que buscaram, desde inícios do século XII, liberdade e autogoverno seja contra a interferência do Sacro Império Romano Germânico, seja contra a Igreja – estejam desvinculadas das questões urbanas e da construção de um modelo: aquele das cidades livres, onde imperaria a participação cívica e a autonomia política. Do mesmo modo, não podemos esquecer que essa escolha por um modelo político diverso das monarquias feudais possibilitou uma evolução bastante intensa das cidades republicanas e, sobretudo, de Florença. Resolver o problema de certos conglomerados populares, distribuí-los de forma mais racional e cuidar de aspectos gerais como a higiene pública, contenção das epidemias e das desordens populares, bem como a defesa contra os ataques externos, a construção de obras públicas imponentes que representassem a força da república tornou-se, desde esse momento, uma constante na criação do imaginário das cidades ideais. (GARIN, 1963, p. 16-17)

²⁶ Diz Bruni: “Florença, de fato, até onde podemos discernir é a tal ponto salubre e limpa que não se pode encontrar nenhuma outra mais brilhante. Esta cidade é única e, em todo o orbe terrestre, só nela nada ofende aos olhos, nada é desagradável ao nariz, nem nada é imundo aos pés. Dada toda a diligência suprema dos habitantes, assim como suas precauções e cuidados, todas as imundícies são afastadas para longe, de modo que apenas se encontre pelo caminho alegria e gozo dos sentidos” (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 8).

²⁷ Diz Bruni sobre as construções florentinas: “O que há em todo orbe terrestre mais esplêndido ou tão magnífico que se possa comparar com seus edifícios? Envergonho-me das outras cidades toda vez que me vem à mente tal comparação. Isso porque elas possuem em geral apenas uma ou duas ruas bem construídas, nas outras todas a ausência de bela constituição é tal que elas enrubescem grandemente de vergonha ao serem vistas por estrangeiros” (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 10)

O que fica claro nessa passagem é a relação de simbiose positiva que é estabelecida entre o cidadão e a cidade. Deste modo, a forma de governo republicana se torna a condição necessária para o desenvolvimento da virtude de seus cidadãos, cujos efeitos serão percebidos na qualidade das ações por eles praticadas, tanto interna quanto externamente. Sem dúvida, não é por acaso que Bruni trata com tanto vagar da beneficência florentina para com as outras repúblicas da península²⁸ (PINTO, 2016, p 257-258). Este argumento da beneficência dos cidadãos é um dos pontos centrais para que o humanista desenvolvesse – tal qual o seu modelo grego o *Panatenaico*, de Elio Aristides – a associação entre a *beneficentia* florentina e a necessidade de expansão das suas instituições para as outras repúblicas da península itálica. Diz ele: “Por causa disso, todos aqueles que se viram expulsos de sua terra natal por sedições ou exilados por inveja se voltam para Florença como único refúgio e proteção de tudo” (*Laudatio*, 2016, § 54). Como afirma Gabriel Pancera (2019, p. 239), “a virtude da cidade, resultado de sua forma política, ganha assim tradução no amor à liberdade”, tanto de Florença quanto das demais cidades italianas.

Mas seria esta parte do elogio que faria o cidadão florentino pegar em armas em defesa de sua cidade e de seus ideais de liberdade e auto governo? Em que momento o texto dá uma reviravolta e os argumentos retóricos são amplificados para que se estabeleça um *ethos* da liberdade e da participação cívica comum a todos?

Ao tomar a cidade enquanto espaço da ação e da realização humana via o exercício da *vita activa*, os humanistas não só constroem a ideia de que tal realização não pode ser alcançada sem que a cidade “incite os cidadãos à virtude”, como também afirma ser o regime republicano, identificado como o regime da liberdade, único capaz de cumprir essa ideia. A *Laudatio* é, então, fundamental para se compreender as ideias políticas do humanismo cívico, pois, neste panegírico Bruni teria disseminado, como postula Adverse (ADVERSE, p. 72), “o *ethos* da liberdade” que estaria diretamente ligado às virtudes dos cidadãos. Assim, os cidadãos louvados no elogio devem pegar em armas porque seus ancestrais fizeram o mesmo para defender a república romana.

No tempo em que Florença foi fundada, a cidade de Roma florescia grandemente em poder, liberdade, gênio e, especialmente, era habitada por grandes cidadãos. Depois, porém, de a República ter caído nas mãos de um só, aquelas mentes brilhantes (como o diz Tácito) desapareceram: agora é

²⁸ Na terceira parte da *Laudatio* Bruni trata das ações e *virtù* de Florença (§ 48-91), dividindo-a em duas: das virtudes exteriores e interiores. Das virtudes exteriores trata da beneficência (§ 54-58), lealdade (§ 59-61), a coragem (caps. 62-73), e a medida (§74-75). Em relação às virtudes interiores: coerência da cidade com ela mesma (§76); sobre os dois princípios fundamentais da constituição: o direito e a liberdade (§77); a organização das magistraturas (§ 78-84); a origem da hegemonia guelfa (§ 85-87); o sentido da justiça e a grandeza moral das elites (§ 88-90); a superioridade linguística e literária (§91).

de suma importância saber se esta colônia foi fundada numa época menos digna, quando todas as virtudes e nobreza de Roma tinham sido destruídas. Nada de grande ou egrégio poderia surgir daqueles que deixaram a cidade. (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 41)

Na *Laudatio* está expressa de forma contundente a inflexão no pensamento histórico florentino que passa a situar a fundação de Florença ainda na fase da Roma republicana: “antes que os efeitos perversos do governo despóticos tivessem degradado o caráter do povo romano” (BRUNI, 2016, § 42; BARON, 1955, p. 60). Se Florença é herdeira de Roma cabe a ela lutar por manter viva a *libertas* e a igualdade por meio de suas instituições políticas, e pelo governo das leis²⁹. Por isso, os principais elementos do pensamento republicano como a liberdade e a igualdade, bem como a ideia de governo das leis estão presentes em Bruni (ADVERSE, 2013, p. 74).

Além destes elementos, aqui temos um lance bastante convincente do humanista. Não interessa muito a ele se, de fato, Florença é mesmo herdeira de Roma porque teria sido fundada no período republicano e não no período imperial (como indicavam antes cronistas como Giovanni Villani³⁰). Bruni não tenta provar este argumento histórico, como tentara antes (e bastante brevemente) Coluccio Salutati em sua *Invectiva*. O que interessa ao autor é a força persuasiva do argumento, e este argumento só é convincente porque ele é perfeitamente verossímil para os florentinos que leem Bruni. Assim, após Bruni elogiar os benefícios da localização de Florença (invertendo o plano de sua fonte grega, o *Panatenaico*, de Elio Aristides³¹), a beleza de seus prédios públicos, a harmonia e perfeição das suas ruas, a higiene da cidade e o encantamento que ela provoca a todos que a visitam, ele passa para a análise do impacto de um fato histórico (que pode ser uma invenção): a fundação de Florença. O fato é que existe uma tradição republicana cultivada pela cidade (e por seus cidadãos) desde a Antiguidade que precisa ser urgentemente retomada, seja para enfrentar adversários expansionistas como Milão, seja para manter o autogoverno frente às pretensões de reconquista do Sacro Imperio Romano Germânico.

O humanista insiste no argumento de que se a liberdade (tanto de Florença quanto das

²⁹ Para Adverse, a cidade em Bruni é também o lugar do Direito que garante a liberdade e, portanto, o humanista reata aqui com a tradição do *vinculum iuris* associada à ideia de governo das leis (ADVERSE, 2013, p. 74).

³⁰ Para Baron, esse ponto distingue a produção historiográfica do humanismo cívico daquela empreendida pelos cronistas medievais, como os da família Villani e até mesmo daqueles humanistas da segunda metade do *Trecento* que ainda buscavam ligar Florença ao período imperial de Roma, portanto à figura de César.

³¹ Já tratamos dessa inversão bruniana do modelo grego antes (PINTO, 2015, 2017), mas o que nos interessa ressaltar é que no *Panatenaico* as cidades mais prósperas são aquelas que possuem uma saída para o mar, enquanto que na *Laudatio*, Bruni destaca que distância de Florença do mar a deixava protegida das inundações, das doenças e da insalubridade das zonas litorâneas (BRUNI, 2016, § 25).

demais repúblicas) só é possível com a salvaguarda da participação cívica, proporcionada pelo sistema republicano, é imprescindível a resistência contra os seus inimigos e, sobretudo, contra a expansão milanesa.

Quem em toda a Itália poderia ser comparado àquele inimigo em poder e diligência? Ou quem resistiria aos esforços daquele cujo mero nome era motivo de terror para todos os mortais? Realmente não apenas a Itália, mas os povos transalpinos também temiam sua fama. (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 70).

Assim é forjada, nesta primeira parte dedicada às ações exteriores, uma ideia que passa a ganhar cada vez mais amplitude: a hegemonia justa e quase natural de Florença sobre o resto da Itália. Este argumento é o que talvez mais se repita ao longo do texto. Num primeiro momento ele aparece nas partes iniciais da *Laudatio* em que a hegemonia florentina é assegurada pela riqueza e esplendor da cidade (*Laudatio*, 2016, § 25). Em um segundo momento esta tese é retomada quando Bruni afirma que os florentinos são os dignos descendentes do povo romano que dominou a terra inteira (*Laudatio*, 2016, § 34). E o encontramos novamente na terceira parte, quando Florença é chamada pelos italianos para lutar contra o inimigo milanes e recuperar a sua superioridade de chefe da Itália: “é por eles que essa cidade luta, é por eles que ela obtém preponderância e glória” (*Laudatio*, 2016, § 72-74).

Conclusão

À guisa da conclusão, ao lermos com atenção não só a *Laudatio*, como também a *História do Povo Florentino*, podemos perceber claramente em Bruni – como já apontara Baron – tanto a defesa da *vita activa* sobre a *vita contemplativa* quanto uma ruptura na maneira de se pensar e de se fazer história. Não é possível encontrar nada semelhante nas cidades-estados medievais, dado que nestas a *vita contemplativa* do monge, plena de sentido religioso, tinha prioridade sob a *vita activa*. Na sociedade do Renascimento, sobretudo naquela posterior a 1400, a *vita activa* tornou-se condição prévia à realização da vida humana; e, em consequência, a ação e o compromisso político pareciam representar a única forma verdadeiramente humana de se viver (BARON, 1993, p. 410). Essa nova forma de pensar trouxe junto com ela uma nova perspectiva histórica. Essas duas linhas refletem, inequivocamente, um ambiente social e político em ruptura com o passado medieval. E Bruni, nestes dois aspectos, teve um papel decisivo. Como dissemos antes, a presença na *Laudatio* (que se mantém na *História*) da defesa de um marco fundacional no período republicano - e não mais no período imperial de Roma -, indica uma nova forma de se organizar e de se narrar a história³², já distante dos mitos e lendas

³² A partir da fundação da cidade se tornaria possível conhecer a história de um povo, e conhecer a história o autorizaria imediatamente a agir contra a tirania, pois os ancestrais florentinos “que apenas um pouco antes tinham governado o mundo inteiro com grande habilidade,

medievais, bem como da interferência divina, seja na ascensão ou queda do império Romano. Para os cronistas medievais – e Giovanni Vilanni é um bom exemplo – a história comprovava a existência da ação divina ou da mão de Deus, não sendo, portanto, obra do homem e manifestação da sua natureza. Bruni, pelo contrário, ao propor uma clara resistência à expansão territorial de Milão, converte Florença e a cidadania florentina em algo tão importante que as comparações históricas de Florença com Atenas e Roma finalmente se tornaram significativas. Quando os historiadores florentinos passaram a considerar a sua cidade “como a protagonista da independência entre as cidades-Estado italianas sobreviventes, eles também começaram a considerar a liberdade da *Respublica romana* como alternativa política” (BARON, 1993, p. 412). Assim, a história, de uma só vez, se fez comparativa e secular, fundando uma nova matriz política fundamental a pensadores como Maquiavel e Guicciardini.

Concordamos com Baron nestes dois pontos de ruptura que são claros na obra bruniana. Contudo, nosso objetivo neste artigo foi mostrar outros pontos de corte com a tradição medieval, justamente os outros momentos em que Baron não se deteve. Não estamos falando aqui, obviamente, de um rompimento total e irrestrito com o passado medieval, afinal, nas artes, nas crenças, na religião, no reconhecimento da autoridade dos antigos e em uma série de outros valores a tradição se mantém na Renascença. Não estamos defendendo tampouco um renascer das artes e das letras em oposição às trevas medievais, como afirmara o próprio Bruni em seus *Comentários*. Os medievalistas e a historiografia moderna já deixaram para trás tais questões. O que destacamos é o surgimento no *Quattrocento* de uma nova linguagem política que se desenvolve em paralelo com uma nova forma de se interpretar os antigos. É claro que autores como Aristóteles foram lidos e debatidos incansavelmente no período medieval. Mas o estagirita era estudado de modo estritamente teórico e sem nenhum sentido histórico; era lido como se se tratasse de um contemporâneo. O que se altera é o uso que se faz destes textos, sobretudo a partir de intensas pesquisas filológicas, do mesmo modo que cresce vertiginosamente o volume das suas traduções e a busca por um conhecimento histórico dos autores e suas obras. Como afirma Charles Schmitt (2004, p. 17), já a partir de Bruni se começa a perceber a dimensão histórica da análise textual. Assim, os humanistas atentaram para o significado filológico dos termos e procuraram colocar em rigoroso contexto histórico as obra e os textos que analisavam.

É, portanto, de suma relevância para a história do pensamento político não apenas a defesa da liberdade, atrelada à *vita activa*, mas também os momentos em que Bruni se baseia nos antigos – como no caso do modelo de Aristides – mas não se preocupa em imitá-lo em todas as etapas do panegírico. Bruni inverte a disposição de várias passagens do autor para a melhor persuasão retórica de seu argumento. E o que seria importante convencer? Sobretudo, o que gostaríamos de ressaltar é o motivo do argumento do jovem Bruni ter sido vencedor, por exemplo, quando o comparamos aos panegíricos milaneses escritos no mesmo período (como

repentinamente perderam sua própria liberdade nas mãos dos maiores facínoras entre os homens” (BRUNI, *Laudatio*, 2016, § 38).

o de Antonio Loschi³³)? Certamente, o fato histórico da morte abrupta de Giangalleazzo ajuda Florença em ser a vencedora, tanto na batalha militar quando na batalha retórica em voga. Contudo, não se trata apenas disso. Se Milão fez da expansão e da indexação de outros territórios a sua bandeira - contratando humanistas como Loschi que defendam essa política como benéfica para as cidades conquistadas e para isso arregimentando um exército poderoso - Florença também seguiu um caminho muito parecido ao justificar a conquista de outras cidades. O que, afinal, diferia o expansionismo milanês do florentino, se não pode ter sido a justificativa, nada datada diga-se, de levar a liberdade e garantir os benefícios para as regiões conquistadas?

Bruni, ao que parece, desenvolveu retoricamente alguns elementos não apenas para incitar os cidadãos a pegarem em armas contra a potente tirania de Giangaleazzo, mas, além disso, buscou uma justificativa para o imperialismo, que historicamente não se diferencia do de Milão, salvo pela capacidade bélica da mesma. Se, aparentemente, ambas as cidades possuem objetivos militares e econômicos muito parecidos, Bruni precisou inventar um modo de convencer seus concidadãos de que a expansão de Florença é legítima e a de Milão não. Desse modo, o humanista defende, em toda a primeira parte da obra, a racionalidade na arquitetura da cidade, a beleza das suas construções, de seus palácios, fortes e muralhas, bem como a estrutura da sua defesa, higiene e o apreço pelas artes e pela cultura (*Laudatio*, 2016, § 4-29). Descrita como uma cidade ideal, ela se torna, ao fim, um modelo a ser seguido. Florença é, portanto, civilizada e livre, enquanto Milão é bárbara e tirânica, pois possui um governante violento e inescrupuloso. Daí se segue no panegírico a defesa do autogoverno, da *libertas* e da bravura dos seus cidadãos, “herdeiros diretos dos romanos e guardiões seculares da mais bela e plena liberdade” (*Laudatio*, 2016, § 43-46). Essa cidade perfeita, em que todos desejam habitar, deve, por essa razão, levar a outros povos – tal como fizera Atenas e propõe Aristides em seu *Panatenaico* – a sua cultura, o seu modo livre de governo e a participação cívica também para outras cidades. Bruni justifica e legitima a expansão florentina tanto por essas questões quanto pela sua filantropia, única em toda a península. Afinal, Florença está sempre preparada para ajudar as demais cidades republicanas e para levar a elas sua cultura e sua valorização da liberdade. Com tal habilidade retórica, Bruni ganha, no desenvolvimento dos acontecimentos, o debate intelectual, pois é o modelo florentino o vencedor e não o de Milão. Assim, o humanista vai dos argumentos estéticos (que não são pouco importantes, porque as artes são fundamentais para aquele contexto) à defesa da filantropia para justificar a expansão do republicanismo para outros territórios, ainda que isso se assemelhe em muito à mesma política desenvolvida pela rival e tirânica Milão.

Como salienta Rubinstein (1990, p. 16-17), ao lado do elogio da República, um tema toma forma pouco a pouco: aquele da potência, do domínio imperial, seguindo a linha da herança

³³ Um exemplo desses panegíricos escritos em defesa da cidade de Milão é o escrito por Antonio Loschi, contemporâneo à mesma geração e círculo de humanistas de Salutati e Bruni. Em seu elogio à cidade, ele também ressalta o apreço pelas artes, pela cultura e pela liberdade de seus cidadãos, bem como defende a expansão das fronteiras milanesas como algo benéfico também para as outras cidades da península itálica. (ANTONIO LOSCHI, 2014, pp. 144-167)

do Império romano. Com isso, não estamos deixando de afirmar que o acento da *Laudatio* não esteja na liberdade republicana, mas que esta fora desenvolvida numa ótica bastante particular: é menos sobre o regime político do que sobre a energia conquistadora e belicosa que insiste Bruni – energia esta que fez do povo romano a grande força do mundo antigo, e cujo modelo de expansão Florença deve imitar. Parece-nos, então, que se trata menos de uma preferência pela constituição e pelo regime republicano – que são pouco descritos na ocasião – do que evocar as conquistas e o expansionismo romano. Independentemente da correlação militar das forças em guerra, a vitória retórica, e portanto intelectual de Bruni pode ser, desse ponto de vista, explicada pela idealização de sua cidade, com toda a verossimilhança que esse tipo de discurso exige, capaz de convencer o leitor, florentino ou estrangeiro, da superioridade de Florença. O humanismo que se segue não cogitará subestimar o valor das artes e das qualidades urbanas em detrimento de conquistas militares e essa é uma marca fundamental ainda muito pouco explorada pela historiografia especializada.

Referências

- ADVERSE, Helton. A matriz italiana. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. pp. 51-125.
- ANTONIO LOSCHI. Invektive Against the Florentines. In: BALDASSARI, S. **Coluccio Salutati Political Writings**. London: The Tatti RenaissanceHarvard University Press, 2014, pp.144-167.
- ARAÚJO, Cícero. Origens: *libertas*. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. (Org.) **Dicionário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 253-258.
- BARON, H. **The crisis of the early Italian renaissance**: Civic Humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny. New Jersey: Princeton, 1966 (1955).
- _____. **En busca del Humanismo Cívico florentino**: ensayos sobre el cambio del pensamiento medieval ao moderno. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BIGNOTTO, Newton. O humanismo cívico. In: _____. **Maquiavel republicano**. Edições Loyola, 1991. pp. 9-56.
- _____. **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- _____.Tiranía e República. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. (Org.) **Dicionário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 237-244.
- CARDOSO, Sérgio. Origens: *políteia*. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. (Org.) **Dicionário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 259-268.
- FUBINI, Ricardo. **Storiografia dell'Umanesimo in Italia da Leonardo Bruni ad Annio da Viterbo**. Roma: Storia e letteratura, 2003.
- GARIN, Eugenio. La cité idéale de la Renaissance Italienne. In: _____. **Les utopies à la Renaissance**. Presses Universitaires de Bruxelles, 1963.
- _____. **Italian Humanism**. Westport: Greenwood Press, 1975 (1965).
- _____. **Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- HANKINS, James. The 'Baron Thesis' after Forty Years and Some Recent Studies of Leonardo Bruni. **Journal of the History of Ideas**, v. 56, n. 2, p. 309-338, 1995.
- _____. (Org.). **Renaissance Civic Humanism**: reappraisals and reflections. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HÖRNQVIST, Mikael. The two myths of civic humanism. In: HANKINS, James (Org.). **Renaissance Civic Humanism**: reappraisals and reflections. Cambridge: Cambridge University Press, 2000
- KRISTELLER, Paul Oskar. **Tradição Clássica e Pensamento no Renascimento Italiano**. Lisboa: Edições 70, 1995.

- LEONARDO BRUNI ARETINO. **Opere Letterarie e Politiche**. In: VITI, Paolo. (Org.). Turim: UTET, 1996.
- _____. **Elogio da cidade de Florença**. Tradução e análise Fabrina Magalhães Pinto e Alexander Viana. *Revista Morus*, vol. 11. n. 2, p. 245-335, 2016. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/292>.
- Diálogo para Pier Paolo Vergerio. In: BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 257-280.
- _____. **Lettres Familières**. Tome I et II. Édition, traduction et notes de Laurence Pradelle. Presses Universitaires de la Méditerranée, 2014.
- LIMA, Paulo Butti de. **Democrazia**: L'invenzione degli antichi e gli usi dei moderni. Le Monnier Università, 2019.
- NAJEMY, John. Civic humanism and Florentine politics. In: HANKINS, James (Org.). **Renaissance Civic Humanism**: reappraisals and reflections. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. pp. 75-104.
- PANCERA, Carlo Gabriel K. Matriz Italiana. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. (Org.) **Dicionário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 237-244.
- PINTO, Fabrina Magalhães. Retórica e Política no Humanismo Renascentista: reflexões sobre a *Laudatio florentinae urbis*, de Leonardo Bruni. In: BENEVENUTO, Flávia (Org.). **O Renascimento da República**. Alagoas: EDUFAL, 2015. p. 23-35.
- _____. A cidade ideal no *Quattrocento*: uma análise da *Laudatio Florentinae Urbis*, de Leonardo Bruni. In: PINTO, Fabrina Magalhães; BENEVENUTO, Flávia. (Org.). **Filosofia, política e cosmologia**: ensaios sobre o renascimento. Editora UFABC, 2017. p. 61-90.
- _____. A questão da fundação da cidade de Florença em Leonardo Bruni e Maquiavel. In: ADVERSE, Helton; PANCERA, Carlo Gabriel K. (orgs.). **As faces de Maquiavel**: História, república e corrupção. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. p. 41-60.
- POCOCK, J. G. A. **The Maquiavelian Moment: florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition**. Princeton. New Jersey: Princeton University Press, 1975.
- QUINTILIANO. **Institutio oratoria**. Trad. de H. E. Butler. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- RUBINSTEIN, N. Il Bruni a Firenze: retorica e politica. In: VITI, Paolo. (Org.). **Leonardo Bruni cancelliere della Repubblica di Firenze**. Atti del Convegno di studi (Firenze, 27-29 ottobre 1987). Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1990.
- SCHMITT, Charles B. Aristóteles y el Renacimiento. Universidad de Léon. Secretariado de Publicaciones, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STRARLING, Heloisa M. **Dicionário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEIGEL, Jerrold E. 'Civic humanism' or Ciceronian rhetoric? The culture of Petrarch and Bruni. **Past & Present**, v. 34. n. 1, p. 3-48, 1966.
- SKINNER, Quentin. **Fundações do Pensamento político Moderno**. SP: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- _____. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- VASOLI, C. Considerazioni sulla *Laudatio Urbis Florentinae* di Leonardo Bruni. In: **Estrato dall'Annuario 1961-1962 del Liceo Ginnasio Statale F. Petrarca di Arezzo**, MISC. XXXV I. Firenze: Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento.
- WITT, Ronald G. **In the Footsteps of the Ancients: The Origins of Humanism from Lovato to Bruni** (Studies in Medieval and Reformation Traditions). Brill, 2000.

Artigo recebido em 28/05/2020 e
aprovado para publicação em 27/07/2020